

ÍNDICE

1. NATUREZA E FINALIDADE DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA E OS INTERESSES DO CREDOR TRIBUTÁRIO.	19
1.1 O caráter universal e concursal do processo de insolvência	20
1.2 Evolução da conceção do processo de insolvência	27
1.3 Efeitos da mudança de paradigma do processo de insolvência nos créditos tributários	37
1.4 A natureza pública do crédito tributário e a subalternização do princípio par conditio creditorum	39
1.5 Breve alusão à tramitação do processo de insolvência	47
2. O CRÉDITO TRIBUTÁRIO NO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	55
2.1 Representação da Autoridade Tributária no processo de insolvência	55
2.2 A Autoridade Tributária enquanto requerente da insolvência	60
2.3 A citação da Autoridade Tributária no processo de insolvência	71
2.4 Os créditos tributários reclamáveis no processo de insolvência: créditos sobre a insolvência	78
2.4.1 Os créditos tributários sobre a insolvência	78
2.4.2 A reclamação dos créditos sobre a insolvência por parte dos credores tributários	82
2.4.3 Os créditos tributários reclamáveis	88
2.4.3.1 Os créditos tributários não liquidados ou dependentes da realização de um procedimento de inspeção tributária.	88

2.4.3.2 O IVA e as retenções na fonte de impostos sobre o rendimento e das contribuições devidas pelos trabalhadores à Segurança Social.	94
2.4.3.3 Os créditos tributários reclamados/impugnados pelo sujeito passivo.	105
2.4.3.4 Os créditos tributários cujo pagamento está a ser efetuado em regime prestacional	115
2.4.3.5 Os créditos relativos a juros e demais encargos tributários	117
2.4.3.6 Os créditos tributários relativos a multas e coimas	120
2.5 Consequências da não reclamação do crédito tributário	125
2.6 As garantias do crédito tributário no processo de insolvência	128
2.6.1 Os privilégios e as garantias reais do crédito tributário.	128
2.6.2 A extinção de privilégios creditórios e de garantias reais do Estado.	133
2.6.3 A atribuição de um privilégio mobiliário geral ao credor tributário, enquanto requerente da insolvência.	140
2.6.4 Graduação dos créditos tributários no processo de insolvência	143
2.7 Os créditos tributários sobre a massa insolvente	148
2.7.1 A qualificação de créditos tributários como créditos sobre a massa insolvente.	149
2.7.2 O pagamento dos créditos tributários sobre a massa insolvente	153
2.8 O tratamento do crédito tributário nos processos de recuperação.	157
2.8.1 Os processos judiciais de recuperação no CIRE	157
2.8.1.1 O plano de insolvência	157
2.8.1.2 O processo especial de revitalização	160
2.8.1.3 O processo especial para acordo de pagamento	163
2.8.2 O tratamento dos créditos tributários nos planos de recuperação aprovados e homologados nos processos previstos no CIRE	165
2.8.3 Da eventual necessidade de previsão legal de perdões tributários no âmbito da aprovação de um plano de recuperação ou de outras medidas que facilitem a reestruturação empresarial	183
2.9 O crédito tributário e o instituto de exoneração do passivo restante (insolvência de pessoas singulares).	191
2.9.1 A exoneração do passivo restante (breve análise)	191
2.9.2 Efeitos da exoneração do passivo restante do devedor no pagamento dos créditos tributários	194

	2.10 Efeitos da declaração de insolvência nos processos de execução fiscal	197
94	2.10.1 A suspensão do processo de execução fiscal	198
105	2.10.2 A eventual apensação do processo de execução fiscal ao processo de insolvência.	208
115	2.10.3 O destino dos processos de execução fiscal pendentes após a extinção do processo de insolvência, do PER ou do PEAP.	215
117	2.11 Os benefícios fiscais no processo de insolvência e nos processos de recuperação	224
120	2.11.1 A natureza dos benefícios fiscais	224
125	2.11.2 Os benefícios fiscais previstos no CIRE	228
128	2.11.2.1 Em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e coletivas	230
128	2.11.2.2 Em sede de imposto do selo	234
133	2.11.2.3 Em sede IMT	237
140	2.11.3 A aplicação automática dos referidos benefícios fiscais	241
143		
148	3. O CRÉDITO TRIBUTÁRIO NAS INSOLVÊNCIAS TRANSFRONTEIRIÇAS	247
149	3.1 A dimensão internacional do processo de insolvência e o marco normativo do Direito da União Europeia.	247
153	3.2 Os Regulamentos Comunitários relativos aos processos de insolvência transfronteiriços	251
157	3.3 Os créditos tributários do Estado Português nos processos de insolvência transfronteiriços	258
157	3.4 Efeitos da declaração de insolvência num outro Estado-Membro sobre os procedimentos/processos tributários em curso no Estado Português e no Estado Espanhol	270
160		
163		
165	BIBLIOGRAFIA	279
183		
191		
191		
194		